


Orientador Social: Pedagogia **LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no caderno de provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **70** questões. Com cinco alternativas identificadas pelas letras **A, B, C, D e E** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração:

- **Atenção:** Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas, salvo à disposição do IDCAP.
- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva e Discursiva**. A não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**

 **NÃO SERÁ PERMITIDO:**

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

 **TEMPO DE PROVA:**

- A prova terá duração máxima de **4 (quatro) horas**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

1	8	15	22	29	36	43	50	57	64
2	9	16	23	30	37	44	51	58	65
3	10	17	24	31	38	45	52	59	66
4	11	18	25	32	39	46	53	60	67
5	12	19	26	33	40	47	54	61	68
6	13	20	27	34	41	48	55	62	69
7	14	21	28	35	42	49	56	63	70

RASCUNHO

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Itália, Reino Unido e Portugal restringem nacionalidade, cidadania e imigração

Nos últimos meses, Itália, Reino Unido e Portugal anunciaram mudanças em regras de procedimentos de obtenção de vistos de trabalho, de residência ou de cidadania.

No Reino Unido, o premiê Keir Starmer prometeu que fará cair significativamente o número de imigrantes que chegam ao país. Na Itália, um dos objetivos é estabelecer limites mais precisos e evitar abusos, como a comercialização de passaportes. E Portugal estuda diretrizes para análise e implementação destas medidas.

Ao anunciar as mudanças nas regras para se obter cidadania italiana, o vice-primeiro-ministro da Itália, Antonio Tajani, tinha em mãos folhas de papel com algumas propagandas de empresas do Brasil especializadas em obter cidadania italiana que ofereciam até mesmo desconto Black Friday.

Tanto no caso da Itália como do Reino Unido, o objetivo é diminuir a imigração legal ao país — aquela feita através da obtenção de vistos, residências e cidadanias.

A Itália anunciou novas regras para quem pede cidadania italiana. A maioria das medidas novas já está em vigor.

As mudanças serão adotadas em duas fases.

A primeira delas — que já entrou em vigor — prevê que os descendentes de italianos que nasceram no exterior serão considerados automaticamente cidadãos por apenas duas gerações.

Ou seja, a partir de agora, somente os indivíduos com pelo menos um dos pais ou um dos avós italianos terão direito à cidadania.

Na segunda fase do projeto, que já ganhou o sinal verde do governo italiano, serão implementadas medidas para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham vínculos reais com a Itália ao longo do tempo.

Essas pessoas precisarão exercer os direitos e os deveres de cidadão pelo menos uma vez a cada vinte e cinco anos.

Isso inclui votar, renovar o passaporte, atualizar a carteira de identidade italiana ou pagar impostos.

Para cidadãos italianos nascidos no exterior, é obrigatório registrar a certidão de nascimento antes de completar vinte e cinco anos. Caso contrário, não será mais possível solicitar a cidadania italiana.

O filho menor de pais cidadãos italianos, se não tiver nascido na Itália, só poderá adquirir a cidadania se residir na Itália por pelo menos dois anos, após declaração de intenção dos pais.

O critério adotado pelo governo é manter a imigração daqueles que mais contribuem para o crescimento econômico, especialmente trabalhadores com qualificações maiores.

O governo do Reino Unido apresentou ao parlamento um projeto de lei que modifica diversos critérios para a obtenção de vistos e residência no país.

Entre as mudanças propostas, está a introdução de novos requisitos de proficiência em inglês, válidos tanto para os requerentes principais quanto para seus dependentes.

O período mínimo de residência exigido para pedidos de cidadania britânica foi ampliado de cinco para dez anos.

Graduados poderão permanecer no país por até dezoito meses após a conclusão dos estudos.

Foi determinado o fim do recrutamento no exterior para concessão de vistos destinados a profissionais da assistência social. Os critérios para trabalhadores qualificados foram endurecidos, restringindo a imigração às ocupações com escassez de longo prazo, conforme declarou o governo.

Portugal realizará eleições legislativas no domingo, e o partido governista PSD avisou que, caso se mantenha no poder, enviará um projeto ao parlamento para ampliar o prazo para que imigrantes tenham direito a adquirir a nacionalidade portuguesa.

Não há maiores detalhes sobre o novo prazo ou como a medida seria aplicada, mas acredita-se que ela afetaria milhares de brasileiros que moram atualmente em Portugal.

Além disso, o governo de Portugal anunciou que notificará dezoito mil imigrantes em situação ilegal para que deixem o país.

O ministro da Presidência do governo português, António Leitão Amaro, afirmou que os imigrantes que deverão deixar o país tiveram os seus pedidos de residência negados pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima), depois de um período de análise, por não cumprirem as regras locais.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjdznn8l2rmo>. adaptado.

Questão 01

Isso inclui votar, renovar "o passaporte", atualizar "a carteira de identidade italiana" ou pagar "impostos".

De acordo com as regras de colocação pronominal, as formas corretas dos pronomes oblíquos para substituir os termos destacados são:

- (A) Isso inclui votar, o renovar, a atualizar ou os pagar.
- (B) Isso inclui votar, renovar-se, atualizar-se ou pagar-se.
- (C) Isso inclui votar, renovar-lhe, atualizar-lhe ou pagar-lhes.
- (D) Isso inclui votar, renová-lo, atualizá-la ou pagá-los.
- (E) Isso inclui votar, renová-los, atualizá-los ou pagá-los.

Questão 02

"Tanto no caso da Itália como do Reino Unido", o objetivo é diminuir a imigração legal ao país — aquela feita através da obtenção de vistos, residências e cidadanias.

Assinale a alternativa que identifica corretamente a figura de linguagem presente na expressão destacada.

- (A) Trata-se de anacoluto, pois o início da frase apresenta um termo desligado sintaticamente do restante da oração, criando uma pausa explicativa.
- (B) Trata-se de pleonasmos, pois há repetição de sentido entre as expressões "imigração legal" e "obtenção de vistos, residências e cidadanias".
- (C) Trata-se de elipse, pois há omissão de um termo que já apareceu antes, mas que se subentende facilmente na segunda parte da construção.
- (D) Trata-se de metáfora, pois os países são representados como entidades jurídicas, sugerindo um sentido figurado com base em semelhança.
- (E) Trata-se de silepse, pois a concordância entre os elementos leva em conta a ideia subentendida, e não a forma gramatical expressa.

Questão 03

Na segunda fase do projeto, que já ganhou o sinal verde do governo italiano, serão implementadas medidas para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham vínculos reais com a Itália ao longo do tempo.

Assinale a alternativa correta quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) Vínculos reais com a Itália ao longo do tempo, deverão ser mantidos por cidadãos nascidos e residentes no exterior, na segunda fase do projeto, que já ganhou o sinal verde do governo italiano, mediante as medidas implementadas.
- (B) Serão implementadas, medidas para que cidadãos nascidos e residentes no exterior, mantenham vínculos reais com a Itália, na segunda fase do projeto que já ganhou o sinal verde do governo italiano, ao longo do tempo.
- (C) Para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham vínculos reais com a Itália ao longo do tempo serão implementadas medidas, na segunda fase do projeto que já ganhou o sinal verde do governo italiano.
- (D) Medidas serão implementadas, para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham, ao longo do tempo, vínculos reais com a Itália, na segunda fase do projeto que já ganhou o sinal verde do governo italiano.
- (E) Serão implementadas medidas na segunda fase do projeto que já ganhou o sinal verde, do governo italiano, para que cidadãos nascidos e residentes no exterior mantenham vínculos reais com a Itália ao longo do tempo.

Questão 04

Nos últimos meses, Itália, Reino Unido e Portugal anunciaram mudanças em regras de procedimentos de obtenção de vistos de trabalho, de residência ou de cidadania.

De acordo com o texto base, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- (A) As medidas italianas buscam manter laços reais entre descendentes e o país, mas eliminam o direito à cidadania para filhos de cidadãos nascidos no exterior.
- (B) As recentes alterações promovidas por Itália e Reino Unido têm por finalidade reduzir a imigração legal, mesmo que por meio de regras mais técnicas.
- (C) As novas propostas em Portugal, apesar de já estarem em vigor, ainda aguardam definições sobre o modo como serão aplicadas aos residentes estrangeiros.
- (D) Entre as exigências previstas pelo novo projeto britânico está a renovação periódica dos documentos de imigrantes que desejem obter cidadania.
- (E) A ampliação do tempo mínimo de residência no Reino Unido teve como motivação o estímulo à permanência dos estudantes internacionais graduados.

Questão 05

Portugal realizará eleições legislativas no domingo, e o partido governista PSD avisou que, caso se mantenha no poder, enviará um projeto ao parlamento para ampliar o prazo para que imigrantes tenham direito a adquirir a nacionalidade portuguesa.

Assinale a alternativa que apresenta análise correta das orações presentes no período.

- (A) O período contém apenas uma oração principal e várias orações subordinadas, sendo que nenhuma relação de coordenação ocorre.
- (B) O período é composto exclusivamente por orações subordinadas, conectadas entre si sem conjunção nem conectivo explícito.
- (C) A estrutura "caso se mantenha no poder" liga-se à anterior por coordenação alternativa, visto que apresenta uma hipótese frente à ação do partido.
- (D) A conjunção "e" no trecho liga termos de mesma função sintática, funcionando como coordenação entre objetos diretos do verbo "realizará".
- (E) O trecho apresenta duas orações principais coordenadas sindéticas aditivas, unidas pela conjunção "e".

Questão 06

O filho menor de pais cidadãos italianos, se não tiver nascido na Itália, só poderá adquirir a cidadania se residir na Itália por pelo menos dois anos, após declaração de intenção dos pais. O critério adotado pelo

governo é manter a imigração daqueles que mais contribuem para o crescimento econômico, especialmente trabalhadores com qualificações maiores.

Com base no trecho, assinale a alternativa cuja análise da concordância nominal está plenamente correta.

- (A) O termo "declaração de intenção dos pais" apresenta construção nominal adequada, pois o adjetivo "intenção" mantém sua relação com o caráter coletivo da ação parental.
- (B) Na oração "o filho menor de pais cidadãos italianos", o advérbio "menor" acompanha o plural "pais", pois há uma relação de posse entre eles, não variando em número por ser advérbio.
- (C) As expressões "pais cidadãos italianos" e "qualificações maiores" seguem a norma-padrão, com os adjetivos flexionados de acordo com os substantivos a que se referem, mesmo em construções com núcleos múltiplos ou complementos postposos.
- (D) O adjetivo "maiores", ao final do período, pode causar ambiguidade por estar distante de seu núcleo, sendo preferível flexioná-lo em masculino plural para concordar com "trabalhadores", termo mais próximo.
- (E) A expressão "pais cidadãos italianos" apresenta duplicidade de uso, podendo ser utilizada a expressão "pais cidadão italiano", ao se considerar "cidadão italiano" elemento restritivo.

Questão 07

Ou seja, a partir de agora, somente os indivíduos com pelo menos um dos pais ou um dos avós italianos terão direito à cidadania.

Com base na regência verbal da oração, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo "direito" funciona como sujeito da oração, sendo o verbo "terão" impessoal e intransitivo.
- (B) O verbo "terão" é transitivo indireto, exigindo o uso da preposição "a" antes de seu complemento "direito à cidadania".
- (C) O sujeito da oração é composto por dois núcleos coordenados: "pais" e "avós", e o verbo "terão" concorda com esse sujeito composto.
- (D) O verbo "terão" é transitivo direto, tendo como objeto direto o substantivo "direito", o qual exige complemento nominal preposicionado: "à cidadania".
- (E) A expressão "à cidadania" é objeto direto do verbo "terão", pois completa o sentido do verbo.

Questão 08

Os critérios para trabalhadores qualificados "foram" endurecidos, "restringindo" a imigração às ocupações com escassez de longo prazo, conforme "declarou" o governo.

Os verbos destacados na frase encontram-se conjugados, respectivamente, no:

- (A) Pretérito imperfeito do indicativo – gerúndio – pretérito perfeito do indicativo.
- (B) Pretérito mais que perfeito do indicativo – gerúndio – pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (C) Pretérito imperfeito do subjuntivo – gerúndio – pretérito mais que perfeito do indicativo.
- (D) Pretérito mais que perfeito do indicativo – gerúndio – pretérito imperfeito do indicativo.
- (E) Pretérito perfeito do indicativo – gerúndio – pretérito perfeito do indicativo.

Questão 09

Para cidadãos italianos nascidos no exterior, é obrigatório registrar a certidão de nascimento antes de completar vinte e cinco anos. Caso contrário, não será mais possível solicitar a cidadania italiana.

Assinale a alternativa que apresenta a correta classificação da palavra destacada.

- (A) A palavra "caso" é um pronome relativo que retoma a ideia anterior de registro obrigatório.
- (B) A palavra "exterior" funciona como interjeição que reforça o afastamento geográfico da ação verbal.
- (C) A palavra "cidadãos" é um advérbio de modo que indica como deve ocorrer o registro da certidão.
- (D) Em "obrigatório", temos um adjetivo que qualifica o sujeito oracional "registrar a certidão de nascimento".
- (E) A palavra "para", no início do trecho, é uma conjunção que estabelece a finalidade da ação de registrar.

Questão 10

A maioria das medidas novas já está em vigor.

Sintaticamente, é correto afirmar que, nesta frase, o:

- (A) Termo "das medidas novas" é predicativo do sujeito, qualificando diretamente o núcleo do sujeito "maioria", enquanto "em vigor" é complemento verbal.
- (B) Termo "em vigor" funciona como objeto indireto, pois complementa o verbo "está" que é transitivo indireto, e o adjunto adverbial "já" indica modo da ação.
- (C) Verbo "está" é verbo auxiliar e a expressão "em vigor" constitui o núcleo do predicado verbal, funcionando como objeto direto do verbo principal.
- (D) Sujeito é simples, tendo como núcleo o substantivo "maioria", complementado pelo adjunto adnominal "das medidas novas"; o verbo "está" é verbo de ligação e o predicado é nominal, cujo predicativo do sujeito é a expressão "em vigor".
- (E) Sujeito é composto, formado pelos núcleos "maioria" e "medidas novas", e o verbo "está" é verbo transitivo, exigindo objeto direto para completar seu sentido.

Noções de Informática

Questão 11

Durante o uso de navegadores modernos para acessar conteúdos da internet, é comum que o usuário interaja com recursos como endereços de páginas, links, mecanismos de busca e funções de impressão. Esses elementos fazem parte do conjunto básico de funcionalidades voltadas à navegação e consulta de informações na web. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Utilizar um mecanismo de busca exige que o usuário insira o IP exato do site desejado, pois os buscadores não processam palavras-chave de forma automática.
- (B) Entender que o link é uma forma de transferir arquivos entre servidores remotos, funcionando como um protocolo que substitui o HTTP nos ambientes de rede segura.
- (C) Navegar por sites diferentes requer o uso de um navegador específico, pois os URLs são interpretados de forma exclusiva por cada programa de navegação.
- (D) Executar a impressão de páginas na internet depende do uso de arquivos temporários locais em formato PDF, gerados automaticamente por todos os navegadores atuais.
- (E) Compreender que o URL é o endereço completo de um recurso na internet, sendo composto por protocolo, domínio, caminho e, opcionalmente, parâmetros de consulta.

Questão 12

O recurso de bordas e sombreamento no Microsoft Word 2019 permite ao usuário destacar trechos do texto, estruturar visualmente documentos e organizar a apresentação gráfica de conteúdos. As funcionalidades podem ser aplicadas tanto a parágrafos quanto a elementos específicos, com diversas possibilidades de personalização. Acerca do assunto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- () A aplicação de sombreamento em um parágrafo, mesmo que sem bordas visíveis, afeta diretamente a margem do documento, alterando o alinhamento de todo o texto subsequente.
- () A guia "Design" é a única que permite inserir bordas e sombreamento em parágrafos, pois os demais menus estão restritos à formatação de estilos predefinidos.
- () A utilização do botão "Bordas" no grupo "Parágrafo" permite adicionar bordas superiores, inferiores, laterais ou todas ao redor do parágrafo selecionado, inclusive com personalização de espessura e cor.
- () O sombreamento pode ser aplicado tanto a parágrafos quanto a trechos de texto selecionados, permitindo ao usuário destacar palavras específicas sem a necessidade de inserir bordas.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F – F – V – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – F – F – F.
- (D) V – V – V – V.
- (E) F – F – F – V.

Questão 13

Os aplicativos voltados à segurança da informação têm como objetivo prevenir, detectar e eliminar ameaças que possam comprometer a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade de dados em sistemas computacionais. Entre esses aplicativos, destacam-se os antivírus, firewalls e programas anti-spyware, cada qual com funcionalidades específicas no ecossistema de proteção digital. Assim, analise as afirmativas a seguir:

I. O anti-spyware tem como principal função a prevenção contra ataques de negação de serviço (DDoS), operando como um monitor de tráfego em tempo real para filtrar pacotes suspeitos de origem massiva.

II. O firewall atua como uma barreira de controle de tráfego de rede, sendo capaz de bloquear conexões não autorizadas com base em regras previamente estabelecidas, protegendo o sistema contra acessos indevidos.

III. O antivírus realiza varreduras no sistema para identificar códigos maliciosos, podendo atuar em tempo real ou sob demanda, com atualizações constantes de assinaturas para detectar ameaças conhecidas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.
- (E) II apenas.

Questão 14

As funções PROCV e PROCH são amplamente utilizadas no Excel para realizar pesquisas em listas e tabelas organizadas em colunas ou linhas. Seu uso adequado exige compreensão precisa da sintaxe, dos argumentos envolvidos e das limitações impostas pela estrutura da planilha. Considerando as regras de funcionamento dessas funções e os princípios gerais sobre o uso de funções no Excel, analise as afirmativas a seguir e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

() A função =PROCH("ProdutoX";A1:E2;2;0) realiza uma busca na linha A1:E1 por "ProdutoX" e retorna o valor correspondente encontrado na segunda linha (A2:E2), exigindo que o valor procurado esteja obrigatoriamente na primeira linha do intervalo A1:E2.

() No Excel, o uso de ponto e vírgula para separar argumentos em uma função depende da configuração

regional do sistema operacional; por padrão, em sistemas brasileiros, utiliza-se ponto e vírgula, mas em sistemas configurados em inglês, utiliza-se a vírgula.

() A função =PROCV("João";B2:F10;3;1) procurará por "João" na terceira coluna do intervalo B2:F10 e, caso o encontre, retornará o valor correspondente da mesma linha na primeira coluna, desde que o argumento procurar_intervalo esteja definido como 1 (aproximação).

() Caso o valor procurado em uma função PROCH esteja localizado fora da primeira linha do intervalo definido como matriz_tabela, a função retornará erro, mesmo que o valor exista na matriz.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – F – V.

Noções de Direito Constitucional e de Direitos Humanos

Questão 15

A classificação das normas constitucionais segundo sua eficácia jurídica é fundamental para a correta interpretação de seus efeitos no plano normativo e na prática jurisdicional. Tal classificação considera não apenas a exigência de complementação legislativa, mas também a intensidade da vinculação jurídica que essas normas impõem desde sua promulgação. À luz da teoria da eficácia constitucional, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() As normas constitucionais de eficácia limitada são formalmente completas, mas materialmente dependentes de regulamentação legislativa para adquirir eficácia plena, o que as torna inaptas a exercer controle de constitucionalidade até que estejam integralmente normatizadas.

() As normas constitucionais de eficácia plena não apenas possuem aplicabilidade direta e imediata, como também gozam de força impeditiva contra iniciativas legislativas que pretendam restringi-las ou esvaziá-las, em razão de sua completude normativa.

() As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade direta, mas operam com um campo de incidência jurídico que pode ser validamente restringido por norma infraconstitucional ou por situações fáticas constitucionalmente previstas, desde que expressamente autorizadas pelo próprio texto constitucional.

() As normas constitucionais programáticas, embora dependentes de concretização legislativa, impõem obrigações de resultado aos órgãos estatais, de forma que sua inobservância pode ensejar responsabilização direta do administrador público sem necessidade de intermediação normativa.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V – V – V – V.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – F – F – F.
- (D) F – F – V – V.
- (E) F – V – V – F.

Questão 16

A ordem constitucional inaugurada pela Constituição de 1988 consagra, logo em sua parte dogmática inicial, um conjunto de fundamentos essenciais que definem a identidade normativa e política da República Federativa do Brasil. Esses fundamentos, de natureza jurídico-política, irradiam efeitos sobre a interpretação constitucional, a atuação estatal e a construção da cidadania. À luz da doutrina e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa que apresenta, de forma precisa, um dos fundamentos constitucionais expressos do Estado brasileiro.

- (A) Reconhecer a dignidade da pessoa humana como fundamento estruturante do Estado implica afirmar sua centralidade axiológica, não apenas como valor moral, mas como vetor normativo dos direitos fundamentais, com status de cláusula pétreia e aplicabilidade imediata.
- (B) Incluir a prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos como fundamentos constitucionais reflete a opção do constituinte originário por submeter o ordenamento interno às obrigações internacionais firmadas pelo Brasil no plano multilateral.
- (C) Identificar a separação dos poderes como fundamento constitucional impõe reconhecer sua superioridade normativa sobre os objetivos fundamentais e sua prevalência na organização do Estado, inclusive sobre os direitos fundamentais, quando houver colisão entre valores constitucionais.
- (D) Estabelecer o combate à pobreza e a superação das desigualdades como fundamentos da República revela a função promocional do Estado Social, que deve subordinar todos os demais valores constitucionais à concretização desses objetivos materiais.
- (E) Interpretar o pluralismo político como um ideal programático decorrente do preâmbulo constitucional, e não como norma de eficácia plena, conduz à relativização da diversidade ideológica na esfera pública e à admissibilidade de restrições legislativas ao debate político.

Questão 17

Um grupo de moradores de uma comunidade periférica organizou um protesto pacífico em praça pública contra a demora na implementação de serviços básicos. Durante a manifestação, exibiram faixas, utilizaram carros de som

e interromperam parcialmente o tráfego da via local por algumas horas. A polícia foi acionada e, ao chegar, dispersou o grupo com uso de gás lacrimogêneo, alegando perturbação da ordem pública e ausência de autorização prévia. Os líderes do movimento foram detidos por desobediência e dano ao patrimônio público, em razão de pichações feitas em muros da prefeitura local. Considerando os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que apresenta a análise correta da situação.

- (A) A prisão dos líderes do movimento é juridicamente legítima, visto que a manifestação extrapolou os limites legais do direito à liberdade de expressão ao implicar em críticas diretas ao poder público.
- (B) A utilização de faixas, pichações e carros de som em manifestações públicas é considerada abuso de direito pela Constituição, sendo passível de repressão imediata pelas forças de segurança.
- (C) A liberdade de reunião só é garantida se houver autorização prévia da autoridade competente, razão pela qual a ação policial foi juridicamente legítima diante da ausência de prévia comunicação.
- (D) A Constituição garante o direito de reunião pacífica em locais abertos ao público, desde que sem armas e independentemente de autorização, devendo apenas haver prévia comunicação à autoridade competente.
- (E) A liberdade de manifestação está condicionada à inexistência de qualquer perturbação da ordem pública, mesmo que pacífica, e pode ser restringida sem prévia decisão judicial.

Questão 18

A estrutura constitucional das funções essenciais à justiça revela um sistema jurídico desenhado para garantir o acesso à ordem jurídica justa por diferentes meios institucionais, cuja autonomia, competências e natureza jurídica impõem uma interpretação técnica rigorosa. Apesar de muitas vezes tratadas conjuntamente, tais funções exercem papéis substancialmente distintos no equilíbrio dos poderes e na concretização dos direitos fundamentais, especialmente no que se refere à titularidade da ação, à representação institucional e à legitimidade democrática de suas atribuições. Considerando essas distinções e as disposições constitucionais pertinentes, analise as afirmativas a seguir:

I.O Ministério Público, ainda que não exerça jurisdição, é instituição permanente dotada de legitimidade ativa ampla e direta para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e de interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo-lhe assegurada autonomia funcional, administrativa e orçamentária, inclusive com prerrogativa de iniciativa legislativa em matéria de sua organização.

II.A Defensoria Pública, por prestar atividade de representação judicial, integra a estrutura funcional do Poder Judiciário e, em razão da natureza de sua função

institucional, está subordinada ao controle administrativo e correccional dos Tribunais nos quais atua, especialmente no que se refere à disciplina de seus membros.

III.A Advocacia Pública, enquanto função essencial à Justiça, representa os entes políticos em juízo e fora dele, cabendo-lhe também zelar pela legalidade e juridicidade dos atos administrativos, razão pela qual seus membros, embora exerçam função típica de Estado, estão submetidos à chefia do Poder Executivo quanto à definição de sua atuação institucional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e II apenas.
- (E) I e III apenas.

Administração Pública

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 19.

A Administração Pública deve atuar segundo os princípios expressos no caput do artigo 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esses princípios não apenas orientam a formulação e a execução de políticas públicas, mas também impõem limites e deveres à atuação dos agentes públicos, que não agem em nome próprio, mas como representantes do Estado. A legalidade exige que toda conduta administrativa esteja prevista ou autorizada em lei; a impessoalidade assegura a prevalência do interesse público sobre interesses particulares; a moralidade implica conformidade ética e honestidade na condução da coisa pública; a publicidade garante transparência e acesso às informações pelos cidadãos; e a eficiência exige que a atuação administrativa produza resultados com economicidade e presteza. Esses princípios formam o núcleo essencial do regime jurídico-administrativo, funcionando como diretrizes obrigatórias para o exercício da função pública em todas as esferas e poderes.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2020

Questão 19

A atuação de um servidor público que, mesmo sem má-fé, toma decisões com base em entendimentos pessoais e subjetivos, favorecendo determinadas situações sem respaldo legal, compromete o atendimento a quais princípios constitucionais da Administração Pública?

- (A) Publicidade e eficiência, pois os atos administrativos devem sempre ser divulgados com rapidez e transparência total.

- (B) Legalidade e eficiência, pois a ausência de má-fé anula qualquer desvio de conduta.
- (C) Moralidade e publicidade, pois o agente deveria zelar pela integridade ética e pela ampla divulgação de seus atos.
- (D) Impessoalidade e moralidade, pois são princípios aplicáveis apenas em casos de favorecimento intencional.
- (E) Impessoalidade e legalidade, pois a conduta se distancia da norma jurídica e interfere na neutralidade da função administrativa.

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 20.

A Lei nº 9.784/1999 estabelece as normas básicas do processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, garantindo aos administrados o pleno exercício de direitos fundamentais, como o contraditório, a ampla defesa e a participação no processo decisório. Esses direitos integram um conjunto de princípios que regem a atuação administrativa, entre eles a legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica e interesse público. Como afirma Celso Antônio Bandeira de Mello (2021, p. 459), o processo administrativo deve ser pautado por condutas éticas e racionais, assegurando não apenas o respeito formal às normas, mas a promoção de decisões justas e fundamentadas. A motivação é indispensável, especialmente quando os atos administrativos interferem nos direitos dos particulares, sendo vedadas decisões arbitrárias ou desprovidas de justificativa clara. Além disso, a atuação da Administração deve sempre garantir a transparência, a participação dos interessados e a possibilidade de revisão dos atos, assegurando um processo efetivamente democrático.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2021.

Questão 20

Sobre os direitos e garantias dos administrados no processo administrativo federal, assinale a afirmativa correta:

- (A) A manifestação de terceiros interessados é facultativa e pode ser ignorada se a Administração assim entender.
- (B) A comunicação prévia dos atos administrativos é recomendada, mas não obrigatória, mesmo em decisões que afetem diretamente o administrado.
- (C) A motivação do ato administrativo é dispensável nos casos em que houver entendimento consolidado da Administração.
- (D) O direito ao contraditório e à ampla defesa deve ser assegurado mesmo nos casos em que o ato administrativo tenha efeitos punitivos indiretos.

- (E) A autoridade competente pode delegar poderes decisórios a qualquer servidor público, independentemente da hierarquia funcional.

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 21.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece diretrizes fundamentais para o tratamento de dados, baseando-se em princípios como a finalidade, a adequação, a necessidade, a segurança, a transparência e a qualidade dos dados (art. 6º). Conforme destaca Doneda (2019, p. 123), a LGPD visa não apenas regular o uso de informações pessoais, mas assegurar ao titular o poder de controle sobre seus próprios dados, promovendo um equilíbrio entre o interesse público, a função institucional do controlador e os direitos individuais. Dentre os direitos garantidos ao titular, encontra-se o direito à retificação de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (art. 18, III), o que reforça a obrigação do controlador — seja ele público ou privado — de promover correções com base em critérios técnicos e éticos. A resposta ao titular deve ser clara e tempestiva, e eventuais negativas devem ser fundamentadas. Isso garante a efetividade do princípio da boa-fé e reforça a responsabilidade do controlador perante o titular e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

DONEDA, Danilo. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Questão 21

Durante um procedimento de atualização cadastral, uma autarquia federal recebeu de um cidadão o pedido de correção de seus dados pessoais, alegando que a informação armazenada era incorreta. O órgão iniciou uma análise interna para confirmar a origem do erro. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar:

- (A) A verificação da origem dos dados autoriza o controlador a suspender o direito à correção sem necessidade de resposta ao titular.
- (B) A solicitação de correção é restrita ao setor privado, e os órgãos públicos só estão obrigados a atender mediante ordem judicial.
- (C) A correção deve ser feita de forma imediata ou justificada, cabendo ao controlador informar o titular sobre a decisão e seus fundamentos.
- (D) A LGPD não se aplica a órgãos públicos quando os dados tratam de processos administrativos internos.
- (E) O órgão público poderá arquivar o pedido caso o dado incorreto tenha origem em outro sistema, eximindo-se de qualquer obrigação.

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 22.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) consolidou o direito fundamental de acesso a informações públicas, estabelecendo como regra geral a transparência ativa e passiva da Administração Pública, sendo o sigilo uma exceção, que deve ser devidamente fundamentada em norma legal específica (art. 3º e art. 7º, §1º). Segundo Aragão (2015, p. 35), a aplicação da LAI se orienta pelo princípio da máxima divulgação, que impõe à Administração o dever de fornecer o acesso à informação da forma mais ampla possível, vedando negativas genéricas ou infundadas. Além disso, toda negativa de acesso deve ser motivada expressamente, com a indicação clara da norma legal que fundamenta o sigilo (art. 11, §3º). O livro reforça que a publicidade é a regra e o sigilo, a exceção, sendo imprescindível a transparência sobre contratos administrativos, especialmente quando envolvem a gestão de recursos públicos, como determina o art. 8º da LAI. A omissão ou recusa infundada pode configurar infração funcional, sujeitando o responsável a sanções administrativas.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Lei de Acesso à Informação Pública Comentada. São Paulo: Método, 2015.

Questão 22

Uma associação de cidadãos solicitou a uma fundação pública os contratos firmados com uma empresa terceirizada para serviços de consultoria. O servidor responsável negou o pedido com base na alegação genérica de "informações sigilosas de interesse do Estado", sem apresentar fundamentos legais. Considerando os dispositivos da Lei de Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- (A) A negativa é ilegal, pois toda recusa de acesso deve ser formalmente motivada, com indicação do dispositivo legal que justifica o sigilo.
- (B) O pedido da associação deve ser indeferido automaticamente, já que não se trata de um cidadão diretamente afetado pelos contratos.
- (C) A LAI não obriga fundações públicas a fornecer informações sobre contratos se estes forem considerados estratégicos pela diretoria.
- (D) A recusa ao fornecimento de informações contratuais é legítima sempre que envolver empresas privadas, independentemente da verba pública envolvida.
- (E) O servidor agiu corretamente, pois o simples uso do termo "sigilo de interesse público" é suficiente para negar pedidos de informação.

História e Geografia do Estado do Sergipe

Questão 23

Na década de 1960, Sergipe passou por uma transformação econômica significativa com a descoberta de petróleo em Carmópolis:



Perfuração em Carmópolis.

Fonte: <https://www.petroleoenergia.com.br/petrobras-60-anos-salto-2-700-2-milhoes-bpd/>

Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) A descoberta de petróleo em Sergipe levou à completa substituição da agricultura como principal atividade econômica do estado já nos anos 1970.
- (B) A descoberta de petróleo em Carmópolis representou uma inflexão no perfil econômico de Sergipe, ao articular a economia local com a lógica da industrialização nacional, mas sem romper com a estrutura agrária e desigual da sua base produtiva.
- (C) O campo de Carmópolis foi desativado ao final dos anos 1980 por inviabilidade econômica, o que levou à estagnação da indústria petrolífera no estado até os anos 2000.
- (D) A produção de petróleo em Carmópolis gerou, já nos primeiros anos, uma ampla redistribuição de renda no estado e acelerou a urbanização em todos os municípios sergipanos.
- (E) Apesar da intensa exploração de petróleo em Sergipe entre as décadas de 1960 e 1990, a atividade foi descontinuada no início dos anos 2000 em razão de dificuldades técnicas.

Questão 24

Analise as afirmações sobre os aspectos físicos de Sergipe indicando V, para VERDADEIRO, e F, para

FALSO:

I.()O Rio São Francisco, um dos mais importantes cursos d'água do Brasil, forma parte da divisa natural entre os estados de Sergipe e Alagoas, sendo essencial para a economia e abastecimento da região.

II.()O Planalto da Borborema, localizado majoritariamente no estado de Pernambuco, se estende até o centro-leste de Sergipe, ocupando grande parte do agreste nordestino.

III.()A Usina Hidrelétrica de Xingó está localizada no Rio São Francisco e situada na divisa entre os estados da Bahia e Sergipe.

Após análise, assinale a alternativa correta que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) I.V, II.F, III.F.
- (B) I.V, II.F, III.V.
- (C) I.V, II.V, III.F.
- (D) I.F, II.V, III.V.
- (E) I.F, II.F, III.V.

Questão 25

Considere o excerto abaixo:

"Há 195 anos, o Rei do Brasil e Portugal Dom João VI assinava, do Rio de Janeiro, a Carta Régia elevando Sergipe à categoria de Capitania Independente. A independência do território de Sergipe da Bahia foi marcada por intensas lutas políticas. Em artigo publicado em julho de 2013 na Revista Cumbuca, a historiadora e professora da Universidade Federal de Sergipe, Terezinha Alves de Oliva, relata que o tema da Emancipação de Sergipe ainda é um desafio para os estudiosos."

Fonte: <https://www.se.gov.br/noticias/governo/emancipacao-politica-sergipe-completa-195-anos-de-independencia>

Com base nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) A independência administrativa de Sergipe foi resultado direto da Revolução Pernambucana de 1817.
- (B) A autonomia de Sergipe foi uma resposta às demandas das elites locais por maior controle político.
- (C) A separação foi motivada por interesses econômicos da Coroa portuguesa que buscava fazer da região um entreposto comercial da Inglaterra.
- (D) A emancipação ocorreu com ajuda da capitania do Rio de Janeiro que forneceu canhões para auxiliar o governo português.
- (E) A separação foi uma imposição do governo português, com pouca participação dos sergipanos.

Questão 26

O agreste sergipano constitui uma faixa de transição

ecológica entre os domínios úmidos litorâneos e o semiárido do sertão. Essa zona ecotonal é marcada por forte sazonalidade climática e por impactos históricos decorrentes da agropecuária extensiva e da expansão da malha urbana. Sobre a vegetação do agreste sergipano, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de uma formação florestal densa, perenifólia e úmida, com elevada biodiversidade arbórea, predominante em solos hidromórficos.
- (B) Apresenta fitofisionomia mista com espécies da Mata Atlântica e elementos xerófitos da caatinga, configurando uma vegetação de transição com elevada vulnerabilidade ecológica.
- (C) Caracteriza-se pela presença de cerrado típico, com fitofisionomia savânica e predominância de gramíneas adaptadas ao fogo e à acidez do solo.
- (D) Corresponde ao domínio da Floresta Estacional Decidual Amazônica, adaptada a solos de terra firme com alta fertilidade e presença de latossolos.
- (E) É ocupada principalmente por campos naturais abertos, formados por pastagens nativas e vegetação rasteira de áreas alagáveis.

Questão 27

Em seu livro *O povo e o poder: cultura política em Sergipe* (2003), o historiador Ibarê Dantas analisa como os festejos populares — especialmente os ligados ao ciclo junino — foram apropriados por grupos políticos locais desde o século XX para legitimar suas ações e mobilizar identidades coletivas. Considerando esse aspecto da cultura popular em Sergipe, assinale a alternativa correta.

- (A) A política cultural do estado de Sergipe tem evitado associar os festejos juninos à identidade regional, para garantir maior neutralidade social.
- (B) O Forró Caju é um evento tradicional desde o século XIX e preserva as matrizes culturais indígenas do estado.
- (C) As manifestações populares como as quadrilhas, as comidas típicas e os trios de forró dialogam com disputas por pertencimento cultural e espaço simbólico nas cidades.
- (D) O ciclo junino em Sergipe foi importado de Pernambuco e não possui raízes significativas na formação cultural sergipana.
- (E) As festas juninas em Sergipe são expressões espontâneas de religiosidade, mantidas principalmente pelo poder público.

Questão 28

Analise as afirmações a seguir, referentes à localização geográfica do estado de Sergipe e indique V, para VERDADEIRO, e F, para FALSO:

I.() Sergipe, apesar de ser parte integrante da Região Nordeste, destaca-se por sua dimensão territorial reduzida, ocupando a menor área entre todos os estados

nordestinos, o que influencia diretamente na configuração de sua malha urbana e na distribuição populacional.

II.() O território sergipano é atravessado pelo Trópico de Capricórnio, o que implica sua inserção na zona temperada do hemisfério sul, com influência direta sobre o seu clima e regimes de insolação ao longo do ano.

III.() Situado entre os paralelos 10° e 11° de latitude sul, Sergipe encontra-se plenamente inserido na zona intertropical do planeta, o que justifica a predominância de climas quentes e úmidos e a ocorrência de biomas típicos dessa faixa, como a Caatinga e trechos de Mata Atlântica.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) I.V, II.V, III.F.
- (B) I.V, II.F, III.F.
- (C) I.F, II.V, III.V.
- (D) I.F, II.F, III.V.
- (E) I.V, II.F, III.V.

Questão 29

Acerca da Revolução de 1930 em Sergipe, é correto afirmar que:

- (A) Ela teve impacto limitado em Sergipe, uma vez que o estado já havia aderido previamente ao projeto de centralização do governo federal.
- (B) Ela promoveu uma reforma agrária em Sergipe como parte do projeto de modernização política implementado pelos interventores.
- (C) A presença da Coluna de Juarez Távora em Sergipe simbolizou uma missão diplomática, com pouca interferência na estrutura governamental local.
- (D) Ela resultou na nomeação de interventores federais em Sergipe, alterando a estrutura política do estado.
- (E) Os interventores nomeados em Sergipe mantiveram a continuidade política das antigas oligarquias, sem rupturas administrativas relevantes.

Questão 30

Leia o excerto abaixo:

"Em Pacatuba, a peleja entre indígenas, autoridades e latifundiários durou quatro décadas. Desde os primeiros anos após a emancipação política de Sergipe, o governo voltou as suas atenções para a aldeia. Foram duas as questões: o uso militar dos índios por uma facção política contrária ao presidente nomeado e a recusa dos indígenas em aceitar a nomeação do novo diretor. Os debates foram iniciados em julho de 1824, quando o governo recebeu uma representação da Câmara de Vila Nova e de outras autoridades, denunciando e pedindo providências para 'remediar os absurdos, a que se tem habituado, e em que prosseguem os índios da aldeia, denominada Pacatuba, por alguns motivos'." Fonte: SANTANA, Pedro Abelardo de. Os índios em Sergipe

oitocentista: catequese, civilização e alienação de terras. Salvador: Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015. Tese de doutorado, p. 83.

Sobre o contexto histórico apresentado acima, é correto afirmar que:

- (A) A subordinação dos indígenas de Pacatuba ao novo diretor nomeado pelo governo foi imediata, revelando o sucesso das políticas indigenistas centralizadoras do Império.
- (B) A resistência indígena em Pacatuba expressa um conflito de poder que envolvia não apenas disputas locais por autonomia, mas também a instrumentalização dos povos originários por elites políticas regionais, revelando as complexas articulações entre etnicidade e disputa institucional.
- (C) A atuação dos indígenas em Pacatuba foi insignificante para o cenário político sergipano, restringindo-se a conflitos de cunho exclusivamente territorial.
- (D) A referência à atuação militar dos indígenas indica sua plena integração ao exército imperial, como já ocorria em outras regiões do país desde o período pombalino.
- (E) Os conflitos em Pacatuba foram resolvidos de forma pacífica e breve, sendo considerados um caso isolado no processo de incorporação das populações indígenas ao sistema político de Sergipe.

Legislações Específicas

Questão 31

Com base nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH), instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1/2012, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que expressa corretamente o objetivo central da EDH, conforme o documento normativo.

- (A) A capacitação de indivíduos para o mercado de trabalho, com foco na competitividade e na produtividade, mediante práticas pedagógicas que priorizem a excelência acadêmica e a meritocracia como princípios fundamentais da educação pública.
- (B) A formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e global.
- (C) O desenvolvimento de competências técnico-científicas voltadas à resolução de conflitos institucionais, tendo por base a racionalidade jurídica e a neutralidade axiológica, visando à manutenção da ordem social e ao cumprimento dos deveres civis.

- (D) A preparação dos cidadãos para o exercício do voto consciente e da participação política institucional, com ênfase nos deveres constitucionais e no respeito à soberania do Estado-nação, sem interferências ideológicas nos conteúdos curriculares.
- (E) A internalização de valores éticos e morais universais, por meio da formação religiosa e filosófica do educando, a fim de garantir a harmonia espiritual e o respeito aos dogmas das diferentes tradições culturais.

Questão 32

A relação entre cuidar e educar, abordada nas Diretrizes Curriculares Nacionais, extrapola a Educação Infantil, alcançando todas as etapas da Educação Básica. Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta, com mais fidelidade, o entendimento dessa relação.

- (A) Educar com cuidado não se limita à internalização de valores morais tradicionais, mas exige ações pedagógicas e curriculares sistemáticas que integrem o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo dos estudantes.
- (B) O cuidar, relacionado aos aspectos físicos e emocionais dos estudantes, deve ocorrer em esferas assistenciais específicas, distintas da dimensão educacional propriamente dita.
- (C) A separação entre cuidado e educação justifica a delegação da responsabilidade pedagógica aos professores e a do cuidado aos demais profissionais escolares.
- (D) A indissociabilidade entre cuidar e educar se funda na ética e na estética das relações humanas, sendo eixo formativo que orienta a valorização da alteridade, da solidariedade e da dignidade no ambiente escolar.
- (E) A prática do cuidado deve ser vista como princípio suplementar ou restrito a situações de vulnerabilidade, integrando-se às ações pedagógicas cotidianas e contribuindo para o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Questão 33

À luz das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, considere a seguinte situação hipotética: uma rede de ensino municipal opta por estruturar seu currículo de forma interdisciplinar, com forte inserção de componentes locais e participação ativa das comunidades escolares, buscando contemplar as múltiplas dimensões dos estudantes. Diante dessa decisão, assinale a alternativa que representa a coerência entre essa prática e os dispositivos normativos em vigor.

- (A) Embora trate de especificidades regionais e possua objetivos pedagógicos próprios, a parte diversificada deve ser desenvolvida isoladamente da Base Nacional Comum, pois integra o currículo de forma complementar, respeitando as diversidades locais e promovendo a articulação entre saberes.

- (B) A contextualização curricular, embora envolva a organização dos conteúdos, restringe-se a ela, pois também deve incidir na escolha das metodologias de ensino e na elaboração dos critérios de avaliação, promovendo a articulação entre o conhecimento escolar e as realidades socioculturais dos estudantes.
- (C) A interdisciplinaridade, embora valorizada como princípio orientador do currículo, deve articular-se a eixos definidos pela BNCC, os quais, porém, são inflexíveis, permitindo adaptações às realidades locais e ao projeto pedagógico da escola.
- (D) A articulação entre a base nacional e a parte diversificada deve ser concebida como um sistema orgânico, no qual a integração de saberes, contextos e sujeitos se realize por meio de decisões curriculares que respeitem a autonomia dos sistemas de ensino e promovam a equidade educativa.
- (E) A valorização de saberes locais deve se subordinar exclusivamente aos resultados das avaliações nacionais padronizadas, pois a aprendizagem escolar deve conciliar os referenciais nacionais com as realidades socioculturais dos estudantes, promovendo uma educação comprometida com a diversidade.

Questão 34

Analise as proposições abaixo, à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB:

I. A educação infantil, etapa anterior à educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

II. O ensino fundamental tem duração mínima de nove anos e é obrigatório e gratuito nas escolas públicas. A criança deve iniciar os estudos aos seis anos de idade. Esse período escolar é essencial para a formação básica.

III. O ensino médio, etapa final da educação básica, tem como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, e o aprimoramento do educando como pessoa humana.

É correto o que se afirma em:

- (A) Apenas a proposição III está correta.
- (B) As proposições I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- (D) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- (E) Apenas a proposição I está correta.

Questão 35

Considerando o princípio da gestão democrática e sua relação com a organização curricular e a formação cidadã, analise o contexto a seguir: uma escola, com forte participação comunitária, busca implementar ações pedagógicas que superem o autoritarismo institucional.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, assinale a alternativa que traduz corretamente esse princípio.

- (A) A participação democrática na escola limita-se à consulta formal da comunidade nas decisões de ordem administrativa e disciplinar, restringindo-se a decisões de ordem administrativa e disciplinar, mas promovendo o envolvimento efetivo dos sujeitos escolares na construção coletiva dos processos educativos.
- (B) A gestão democrática implica decisões coletivas e participativas, que promovem a vivência da pluralidade e da solidariedade nas práticas escolares, superando processos burocráticos e possibilitando a construção de uma educação emancipadora ancorada em práticas ético-estéticas e sociais.
- (C) A gestão democrática consiste na formalização de conselhos escolares, com reuniões periódicas e regimento próprio, sob coordenação da equipe diretiva, cabendo à comunidade apenas funções consultivas, dentro do estabelecido nas legislações vigentes e nos estatutos dos referidos conselhos.
- (D) A gestão democrática envolve escolhas construídas de forma conjunta e participativa, refutando a convivência com a diversidade e a solidariedade no cotidiano escolar, rompendo com a lógica burocrática e abrindo caminhos para uma educação libertadora, pautada em valores éticos, estéticos e sociais.
- (E) O princípio democrático, restrito ao exercício da liberdade de expressão por parte dos gestores e dissociado da participação de estudantes e famílias, fomenta a função da gestão democrática à garantia da eficácia institucional da escola, obedecendo unicamente aos parâmetros administrativos do sistema de ensino.

Questão 36

Considerando o papel das redes de ensino na implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC conforme delineado na Resolução CNE/CP nº 2/2017, avalie a alternativa que traduz corretamente a articulação federativa proposta pela norma.

- (A) A articulação entre as redes de ensino é facultativa, pois todas devem alinhar seus currículos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece direitos de aprendizagem obrigatórios; embora haja autonomia na elaboração de matrizes curriculares, essa deve ocorrer em consonância com a BNCC.
- (B) A implementação da BNCC é coordenada diretamente pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, que definirá os parâmetros únicos de adequação curricular, respeitando a autonomia dos entes para contextualizar e complementar o currículo conforme suas realidades locais.

- (C) A colaboração intergovernamental prevista na gestão educacional não abrange os municípios, sendo estes corresponsáveis pela adequação curricular em articulação com os demais níveis federativos, e subordinados ao MEC, conforme os princípios do regime de colaboração estabelecido pela Constituição.
- (D) O regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é condição essencial para a superação da fragmentação educacional e para a construção de currículos coerentes com os princípios da equidade, da inclusão e da qualidade social da educação.
- (E) Os entes federativos podem adaptar a BNCC aos seus contextos e especificidades, contudo, estão obrigados a manter inalteradas as propostas metodológicas do texto base, pois a BNCC define os direitos de aprendizagem e as competências a todos os estudantes do país.

Questão 37

Em consonância com as concepções epistemológicas e pedagógicas expressas na Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a definição da base nacional comum e da parte diversificada deve observar certos princípios de integração curricular. Assinale a alternativa que representa de maneira correta a diretriz proposta para essa articulação no documento.

- (A) Os elementos da parte diversificada devem ser incorporados unicamente em projetos extracurriculares, para evitar interferências nas estruturas curriculares fixas da base comum.
- (B) A articulação entre base comum e parte diversificada deve ser mediada exclusivamente por componentes curriculares formais, com base em parâmetros nacionais fixos definidos pelos sistemas estaduais.
- (C) A Resolução orienta que o currículo escolar separe, para fins didáticos e avaliativos, os conhecimentos científicos consolidados da cultura local, de modo a preservar a identidade acadêmica das disciplinas.
- (D) A base nacional comum e a parte diversificada devem ser integradas no currículo, articulando saberes acadêmicos, sociais e culturais na construção de uma proposta educacional indissociável e contextualizada.
- (E) A parte diversificada deve ser desenvolvida em módulos pedagógicos distintos, sem interferência na base comum, com conteúdos autônomos que respeitem as especificidades regionais de modo isolado.

Questão 38

A partir de 2003, a Educação em Direitos Humanos no Brasil passou a contar com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), revisto em 2006, cuja formulação aprofundou temas do Programa Nacional de Direitos Humanos e incorporou diretrizes de documentos internacionais dos quais o país é signatário.

Com base nesse plano, identifique as áreas que passaram a constituir a política educacional brasileira voltada à promoção dos Direitos Humanos.

- (A) Educação inclusiva, ensino religioso, movimentos sociais, redes de televisão e tribunais superiores.
- (B) Educação infantil, ensino médio, universidades federais, imprensa oficial e sistema prisional.
- (C) Ensino técnico, educação profissional, ensino superior, redes sociais e forças armadas.
- (D) Educação básica, educação superior, educação não-formal, mídia e formação de profissionais dos sistemas de segurança e justiça.
- (E) Educação fundamental, programas comunitários, ONGs educacionais, organizações internacionais e universidades públicas.

Questão 39

Considerando os princípios que regem a articulação entre currículo, projeto político-pedagógico e organização do trabalho pedagógico segundo a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, analise a seguinte situação: uma escola pública do campo, situada em região agrícola, decide incluir em sua matriz curricular atividades baseadas na pedagogia da alternância e na sustentabilidade local. A medida integra planejamento coletivo e pactuação com famílias e lideranças comunitárias. A partir disso, assinale a alternativa que traduz corretamente a coerência normativa da proposta.

- (A) A pedagogia da alternância é uma opção metodológica complementar à escola do campo, mas deve ser ofertada exclusivamente como atividade extracurricular para não comprometer a unidade curricular nacional.
- (B) A pedagogia da alternância é uma opção metodológica complementar à escola do campo, mas deve ser ofertada exclusivamente como atividade extracurricular para não comprometer a unidade curricular nacional e garantir o que está preconizado na BNCC.
- (C) A proposta se fundamenta na identidade da escola do campo, integrando conteúdos e metodologias à realidade rural, valorizando a pedagogia da alternância e práticas educativas voltadas à sustentabilidade, à preservação da vida e às especificidades socioculturais da comunidade.
- (D) A valorização das práticas locais é admissível desde que não comprometa o cumprimento integral do currículo comum e o projeto curricular constante no Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola, ainda que desconsiderando a cultura, mas garantindo os tempos escolares rurais.
- (E) A implementação de atividades alternadas deve respeitar o calendário agrícola, mas não interfere na estrutura curricular regular da escola, que deve manter-se centrada em disciplinas nacionais obrigatórias e nos normativos educacionais vigentes, com destaque na BNCC.

Questão 40

Considerando a educação como um direito humano universal, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, analisa-se o caso de uma escola pública em um contexto de alta desigualdade social que propõe reorganizar seu currículo para valorizar a diversidade cultural, integrar ações intersetoriais e se articular com a comunidade. Com base nesse cenário e nas diretrizes legais, identifique a alternativa que reflita corretamente essa perspectiva formativa.

- (A) A proposta descrita se coaduna com os fundamentos ético-políticos das diretrizes, que demandam uma educação voltada à equidade, à justiça social e à construção de identidades plurais, promovendo a articulação entre o direito à educação e os demais direitos fundamentais por meio da valorização das singularidades dos sujeitos.
- (B) O reconhecimento das singularidades culturais dos estudantes pode ser admitido desde que compatível com as diretrizes gerais da LDB, sendo facultativo para os sistemas municipais. Essa flexibilidade permite que cada rede de ensino avalie a pertinência de incorporar tais aspectos conforme suas realidades locais.
- (C) A valorização de práticas locais e a articulação intersetorial devem ocorrer exclusivamente em projetos complementares, desvinculados da estrutura curricular obrigatória, para assegurar a isonomia educacional. A inclusão desses elementos no currículo formal pode comprometer a uniformidade dos conteúdos previstos nacionalmente.
- (D) O projeto pedagógico descrito incorre em desvio normativo ao extrapolar os limites da função instrucional da escola pública, comprometendo a neutralidade pedagógica ao priorizar abordagens multiculturais. Tal direcionamento pode ser interpretado como uma interferência indevida no caráter técnico e imparcial da educação básica.
- (E) A inserção de temas voltados à diversidade deve restringir-se às disciplinas de ciências humanas, sob pena de descaracterização da formação básica comum nacional. A abordagem desses conteúdos fora desse campo pode comprometer a coerência e a linearidade dos objetivos educacionais estabelecidos nacionalmente.

Questão 41

As diretrizes curriculares nacionais expressam um entendimento multifacetado do conceito de qualidade na educação. Com base nisso, avalie as assertivas e identifique aquela que melhor representa o conceito de "qualidade social" na educação básica.

- (A) A qualidade educacional socialmente referenciada depende da autonomia das escolas para formular currículos com base em padrões internacionais de desempenho acadêmico.

- (B) O conceito de qualidade social equivale à mensuração de resultados de desempenho, adotando critérios objetivos para medir a eficácia do processo educativo em curto prazo.
- (C) A qualidade social está ligada ao direito à educação como valor público, com ênfase em sua relevância, pertinência, equidade e no compromisso com a transformação das desigualdades históricas.
- (D) A compreensão de qualidade vincula-se ao atendimento da demanda por inovação tecnológica nos espaços escolares, com vistas à competitividade global.
- (E) A qualidade educacional, segundo as diretrizes, é definida exclusivamente pelas metas de aprendizagem do IDEB e outros instrumentos avaliativos oficiais.

Questão 42

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, prevê metas para melhorar a qualidade da educação, incluindo o fortalecimento do financiamento público. Entre os mecanismos propostos, destacam-se o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) e o CAQi, que visam garantir os recursos mínimos necessários para uma educação básica com equidade e qualidade.

Pode-se afirmar, com base nas disposições legais vigentes do PNE, que:

- (A) O CAQ foi aprovado como diretriz, mas não incorporado como elemento normativo obrigatório da execução orçamentária no âmbito do PNE.
- (B) A implementação do CAQi está restrita ao âmbito federal e independe de ações colaborativas dos estados e municípios.
- (C) O conceito de custo aluno-qualidade (CAQ) foi incorporado como parâmetro de financiamento, devendo ser adotado progressivamente em consonância com padrões mínimos definidos em lei.
- (D) A aplicação do CAQi depende da exclusão dos incentivos fiscais educacionais do cálculo total dos investimentos públicos em educação.
- (E) O financiamento da educação básica pública será determinado unicamente pelas vinculações constitucionais de recursos previstas nos artigos 212 e 213 da CF/88.

Questão 43

À luz dos princípios da Educação em Direitos Humanos, o papel da escola como espaço de promoção dos Direitos Humanos exige a construção de práticas pedagógicas que favoreçam a equidade, a democracia participativa e a inclusão social. Assinale a alternativa que reflete corretamente esse entendimento segundo as Diretrizes.

- (A) A EDH admite que as escolas excluam temáticas identitárias e de diversidade, desde que respeitado o conteúdo obrigatório da BNCC.

- (B) A função da escola, no contexto da EDH, se resume à transmissão de conteúdos formais sobre direitos civis e políticos, isentando-se de implicações práticas.
- (C) A escola é reconhecida como espaço social estratégico para a constituição de sujeitos de direitos, devendo integrar os Direitos Humanos à gestão, ao currículo, à formação docente e às práticas pedagógicas.
- (D) A escola pode aplicar os princípios da EDH conforme sua conveniência local, sem compromisso com diretrizes nacionais ou pactos internacionais.
- (E) As Diretrizes Nacionais para a EDH isentam a escola de responsabilidades sobre processos de discriminação, focando apenas a prevenção de violências físicas.

Questão 44

Diante de uma situação em que crianças e adolescentes em situação de rua permanecem fora da escola e estão submetidos a múltiplas formas de negligência, violência e exclusão social, caberá à autoridade pública, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, adotar providências específicas para garantir-lhes acesso à educação e proteção legal.

À luz da legislação vigente, assinale a alternativa que expressa corretamente o conteúdo normativo aplicável à situação apresentada.

- (A) O direito à educação formal somente pode ser plenamente exigido após a regularização documental do menor, inexistindo, até então, obrigação imediata do Estado quanto à matrícula ou frequência escolar.
- (B) No caso apresentado, a evasão escolar não configura violação de direito infantojuvenil, por se tratar de uma situação específica, razão pela qual não se justifica a atuação compulsória do Estado.
- (C) O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que o poder público tem o dever de recensear os educandos em idade escolar, zelar pela frequência à escola e promover o acesso e a permanência, garantindo prioridade absoluta à criança e ao adolescente.
- (D) O Estatuto da Criança e do Adolescente atribui a responsabilidade exclusiva à família quanto ao acesso e permanência da criança na escola, devendo o poder público atuar apenas de forma subsidiária e excepcional.
- (E) O atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua deve se dar exclusivamente por instituições filantrópicas, sendo vedada a intervenção estatal sem decisão judicial prévia.

Questão 45

Considerando os fundamentos que estruturam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, é correto afirmar que a concepção de aprendizagem nelas adotada exige que o currículo:

- (A) Supere a lógica da homogeneização dos percursos formativos, considerando a aprendizagem como processo situado historicamente, construído por sujeitos que se desenvolvem em múltiplas dimensões, em contextos culturais diversos e com tempos próprios.
- (B) Favoreça a seleção de conteúdos que atendam prioritariamente às demandas do mercado de trabalho e da sociedade, ainda que isso implique a exclusão de saberes historicamente marginalizados.
- (C) Uniformize as práticas pedagógicas nos diversos territórios escolares, garantindo a eficácia da aprendizagem por meio da padronização metodológica e da aplicação sistemática de instrumentos de avaliação diagnóstica externa.
- (D) Estruture-se em torno de matrizes curriculares imutáveis, assegurando a estabilidade da formação dos estudantes e minimizando o impacto das especificidades locais.
- (E) Restrinja-se à organização de itinerários formativos que possam ser objetivamente mensurados por indicadores de desempenho educacional, tornando a aprendizagem eficiente e economicamente viável.

Questão 46

A respeito da concepção de currículo assumida pela Resolução CNE/CEB nº 04/2010, considere a seguinte situação: uma rede de ensino propõe reorganizar seus projetos pedagógicos por meio de abordagens interdisciplinares e redes de aprendizagem. Com base nesse cenário, assinale a alternativa que expressa corretamente o conceito normativo de currículo.

- (A) O currículo é definido como um conjunto hierárquico de conteúdos normatizados pelos sistemas de ensino, e a partir da BNCC, são destinados à homogeneização das práticas pedagógicas em âmbito nacional.
- (B) Com a implementação da BNCC, a Resolução adota uma concepção de currículo centrada na neutralidade do conhecimento e na rigidez metodológica, como forma de garantir a objetividade dos processos de ensino.
- (C) O currículo constitui-se por um agrupamento sequencial de disciplinas tradicionais, organizado exclusivamente com base em critérios cognitivos e de avaliação quantitativa.
- (D) O currículo deve ser padronizado segundo metas nacionais, com foco nos resultados do IDEB, e baseado no Projeto Político Pedagógico da Escola considerando a historicidade ou a diversidade dos contextos educacionais.
- (E) O currículo deve ser um espaço dinâmico de construção de sentidos, articulando vivências escolares e extraescolares em diálogo com saberes históricos, visando à formação de sujeitos plurais, críticos e socialmente situados.

Questão 47

Considere que um projeto pedagógico institucional foi reformulado a partir da BNCC, incorporando critérios de avaliação formativa, práticas colaborativas e recursos didáticos contextualizados. Com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, assinale a alternativa que reflete de modo correto a função atribuída aos processos avaliativos nesse contexto.

- (A) Os procedimentos avaliativos devem priorizar a mensuração de competências cognitivas, sem comprometer-se com os aspectos emocionais e culturais dos estudantes.
- (B) A Resolução limita a avaliação a um instrumento de verificação individual, impedindo que seus resultados impactem o planejamento pedagógico coletivo.
- (C) A avaliação deve considerar os contextos e condições de aprendizagem dos estudantes, com foco na melhoria do desempenho institucional e na valorização da ação docente.
- (D) A avaliação deve orientar-se majoritariamente por indicadores de desempenho padronizados, permitindo a classificação hierárquica das escolas com base em critérios externos.
- (E) O principal papel da avaliação é estabelecer metas comparativas entre sistemas de ensino, a partir da observância de níveis mínimos de rendimento acadêmico.

Questão 48

No tocante à função social da escola e ao papel da avaliação na perspectiva da qualidade social da educação, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB nº 04/2010, assinale a alternativa correta.

- (A) O enfoque da avaliação deve privilegiar os resultados obtidos em exames nacionais e estaduais, como critério de qualidade institucional, e a partir desse resultados estabelecer caminhos para a adaptação às necessidades da sociedade atual.
- (B) A avaliação da aprendizagem, como prática formativa e reflexiva, deve ir além da mensuração quantitativa, promovendo a autonomia do estudante e redirecionando as estratégias pedagógicas em consonância com o projeto político-pedagógico da escola.
- (C) A avaliação, para cumprir com sua função normativa, deve ocorrer em intervalos regulares, com base em indicadores estatísticos padronizados e com interferência do contexto escolar, com ênfase na realidade local e nas necessidades do mercado de trabalho.
- (D) A Resolução determina que a avaliação da aprendizagem seja estruturada prioritariamente para mensurar competências cognitivas em relação a metas predefinidas de desempenho.

- (E) A Resolução restringe a função da avaliação ao acompanhamento de conteúdos curriculares, sem envolver aspectos afetivos ou éticos do estudante, mas enfatizando os aspectos culturais e sociais da comunidade escolar.

Questão 49

No contexto do Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988, a seguridade social é reconhecida como um dos pilares da Ordem Social, articulando ações destinadas à proteção dos direitos humanos fundamentais. Considerando o delineamento constitucional dos artigos 194 a 204, assinale a alternativa que expressa corretamente a concepção sistêmica da seguridade social e seus princípios organizativos.

- (A) A seguridade social, apesar de englobar saúde, previdência e assistência, mantém uma estrutura verticalizada em que o Estado detém o monopólio decisório, cabendo à sociedade civil apenas o papel de beneficiária passiva das políticas estabelecidas.
- (B) A responsabilidade pela seguridade social é exclusiva do Poder Executivo Federal, estando os entes federados isentos de responsabilidade orçamentária, salvo em casos excepcionais de calamidade pública ou emergência sanitária.
- (C) A seguridade social organiza-se como subsistema autônomo da Constituição, desvinculado de outros direitos sociais e estruturado com base na arrecadação tributária obrigatória sem mecanismos de controle social.
- (D) A estrutura da seguridade social define-se pela seletividade no atendimento aos beneficiários e pela contributividade como critério universal, sendo a assistência social condicionada à comprovação de contribuição prévia.
- (E) A seguridade social é compreendida como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade orientadas pela universalidade da cobertura, equidade na forma de participação e diversidade do financiamento.

Questão 50

Julgue os itens abaixo com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, e no Plano Nacional de Educação (2014–2024) e da Resolução CNE/CP nº 2/2017 e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

() O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024 reconhece que a universalização do ensino e a superação das desigualdades educacionais não podem ser dissociadas da articulação intersetorial e federativa, ainda que tal articulação dependa exclusivamente da iniciativa dos entes subnacionais.

() As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica preveem a formação integral como eixo estruturante, estabelecendo que o desenvolvimento

pleno do sujeito deve integrar dimensões cognitivas, afetivas, sociais e éticas, não podendo ser reduzido à aquisição de conteúdos disciplinares.

() A Resolução CNE/CP nº 2/2017 delimita que o respeito à diversidade regional e cultural é um princípio orientador da Base Nacional Comum Curricular, mas admite que os sistemas de ensino têm autonomia para ignorá-lo, caso considerem outros parâmetros mais coerentes com sua realidade local.

() As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos compreendem que a inserção da temática no currículo escolar deve operar não apenas pela transversalidade, mas também pelo engajamento crítico dos sujeitos no cotidiano escolar, considerando o ambiente educacional como espaço político.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V – F – V – F.
(B) V – V – F – F.
(C) F – V – V – V.
(D) F – V – F – V.
(E) V – V – F – V.

Questão 51

Com base na concepção contemporânea de Direitos Humanos enquanto linguagem internacional conectada aos Estados Democráticos de Direito, assinale a alternativa que expressa corretamente a finalidade fundamental da política de direitos humanos segundo os princípios reconhecidos internacionalmente.

- (A) Estabelecer mecanismos legais de controle social para assegurar que os direitos culturais e ambientais sejam cumpridos segundo os padrões econômicos estabelecidos pelos países desenvolvidos.
- (B) Promover políticas públicas de segurança voltadas exclusivamente à defesa dos direitos civis e políticos individuais, garantindo o uso legítimo da força como instrumento de manutenção da ordem.
- (C) Fazer cumprir os direitos humanos que estão preconizados e trabalhar pela sua universalização, orientando-se pelos princípios da solidariedade, da singularidade, da coletividade, da igualdade e da liberdade.
- (D) Fortalecer os sistemas jurídicos nacionais no combate às desigualdades, priorizando a responsabilização penal de agentes estatais e a repressão de condutas que atentem contra a moralidade pública.
- (E) Garantir a soberania nacional em face da globalização dos tratados multilaterais, assegurando a proteção dos interesses econômicos e estratégicos das nações perante os organismos internacionais.

Questão 52

Julgue os itens abaixo com base no que dispõe a

Constituição Federal sobre a proteção do patrimônio cultural e dos direitos das populações tradicionais e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

() O Estado tem o dever de garantir o pleno exercício dos direitos culturais e deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras como patrimônio nacional.

() As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são de propriedade plena das comunidades que as habitam, cabendo ao Estado apenas reconhecer e demarcar, sem exercer nenhum tipo de tutela.

() O patrimônio cultural brasileiro é constituído exclusivamente por bens materiais e naturais, sendo as expressões imateriais alocadas sob responsabilidade do Ministério da Cultura por meio de decreto autônomo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – F.

Questão 53

Analise a seguinte situação hipotética: um grupo gestor planeja reformular o projeto político-pedagógico (PPP) de uma escola urbana multicultural, integrando questões de gênero, etnia e diversidade em todas as etapas do currículo. Esse grupo pretende também incluir ações avaliativas formativas e articulação com serviços sociais. Considerando os parâmetros da Resolução CNE/CEB nº 04/2010, identifique a alternativa que descreve corretamente o papel e as implicações do PPP nesse processo.

- (A) O PPP deve ser construído coletivamente e de forma contextualizada, integrando os sujeitos da escola e articulando práticas pedagógicas, gestão e avaliação, com foco na diversidade, equidade, intersetorialidade e na promoção de uma educação de qualidade social e comprometida com os direitos humanos.
- (B) A reformulação do PPP é responsabilidade técnica da direção escolar e deve priorizar a adequação aos indicadores externos e internos de desempenho e aos padrões definidos pelos órgãos centrais do sistema de ensino, e pelas metas definidas pelo MEC.
- (C) Com vistas a garantir os objetivos de aprendizagem pretendidos pelas BNCC, o PPP deve seguir modelo padronizado fornecido pelos órgãos centrais, evitando inserções contextuais que dificultem comparações institucionais.

(D) A inclusão de temas como gênero e etnia deve ser restrita a projetos extracurriculares, não interferindo na estrutura dos componentes curriculares obrigatórios, mas garantindo que a inclusão dessa temática seja respeitada, de preferência de forma interdisciplinar.

(E) A avaliação formativa proposta pelo PPP deve limitar-se à verificação periódica de conteúdos previamente estabelecidos, com base em indicadores padronizados e metas quantitativas, mas garantindo que a comunidade escolar tenha participação e acesso às propostas pedagógicas elaboradas coletivamente pela escola.

Questão 54

Em meio a um processo de revisão de seu projeto político-pedagógico, uma escola da rede pública opta por reformular a lógica disciplinar tradicional, adotando uma organização curricular por áreas do conhecimento, com ênfase em projetos interdisciplinares que conectam educação, cultura, meio ambiente e trabalho. Diante dessa proposta e à luz dos princípios estabelecidos pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, assinale a alternativa que representa corretamente a diretriz legal sobre a função do currículo na formação dos estudantes.

- (A) A reestruturação curricular proposta, ao relativizar a compartimentalização disciplinar, compromete a clareza dos objetivos pedagógicos, contrariando a racionalidade científica requerida pelas diretrizes nacionais e desconsidera outras dimensões vinculadas à formação cidadã.
- (B) O modelo de organização por áreas do conhecimento está autorizado para instituições privadas, não se estendendo automaticamente às escolas públicas vinculadas aos sistemas estaduais e municipais. Essa diferenciação respeita a autonomia dos entes federativos na definição de suas diretrizes curriculares.
- (C) O currículo da Educação Básica deve priorizar a progressão de conteúdos em blocos homogêneos, baseando-se na abstração teórica e na universalização dos saberes acadêmicos. Essa estrutura busca garantir a linearidade e a sistematização do conhecimento ao longo das etapas escolares.
- (D) A Resolução admite projetos interdisciplinares como recursos metodológicos auxiliares, mas preserva como eixo estruturante do currículo a segmentação tradicional das disciplinas escolares, em consonância com as exigências do mercado de trabalho e das demandas tecnológicas atuais.
- (E) O currículo deve ser entendido como construção coletiva e dinâmica, orientada por princípios de integração entre saberes escolares e sociais, valorizando os contextos culturais dos sujeitos e promovendo a formação crítica, ética e cidadã, em consonância com as exigências de uma sociedade democrática.

Questão 55

Diante dos desafios históricos de desigualdade social e exclusão educacional no Brasil, a Constituição Federal de 1988 inscreve a educação entre os direitos sociais essenciais à dignidade da pessoa humana e ao desenvolvimento nacional. Com base nos artigos 205 a 214 da CF, analise a alternativa que reflete a perspectiva constitucional da educação enquanto política pública estruturante da cidadania e da justiça social.

- (A) A educação, embora reconhecida como direito fundamental, assume caráter subsidiário frente à autonomia familiar, devendo o Estado apenas atuar em contextos de vulnerabilidade comprovada ou evasão escolar reiterada.
- (B) A valorização dos profissionais da educação não constitui princípio orientador da educação nacional, tratando-se de diretriz administrativa sujeita à conveniência de cada ente federativo.
- (C) A responsabilidade do Estado restringe-se à educação infantil e ao ensino fundamental, cabendo às instituições privadas a responsabilidade constitucional pela ampliação do ensino médio e superior.
- (D) A Constituição estabelece a liberdade de ensinar e aprender, mas limita a liberdade pedagógica das escolas públicas aos currículos e métodos previamente aprovados pelo Ministério da Educação.
- (E) A educação, enquanto direito de todos e dever do Estado e da família, constitui instrumento estratégico para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Questão 56

Considerando os dispositivos do ECA relativos às medidas socioeducativas em meio aberto, analise as proposições a seguir:

I.A prestação de serviços à comunidade constitui medida aplicável ao adolescente que cometeu ato infracional, com tempo de duração limitado e compatível com suas atividades escolares.

II.A liberdade assistida pressupõe acompanhamento, orientação e apoio, sendo uma das medidas mais indicadas nos casos de reincidência infracional leve.

III.A aplicação das medidas socioeducativas deve observar critérios de proporcionalidade, gravidade do ato e condições pessoais do adolescente, priorizando sempre a privação de liberdade como solução educativa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) As proposições I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas a proposição III está correta.
- (C) As proposições I, II e III estão incorretas.
- (D) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- (E) Apenas as proposições I e II estão corretas.

Questão 57

Analise as proposições a seguir à luz do que dispõe o Plano Nacional de Educação sobre a valorização dos profissionais da educação e o aprimoramento da formação docente:

I.O PNE estabelece metas voltadas à formação inicial e continuada dos professores da educação básica, vinculando essa formação à elevação dos padrões de qualidade do ensino.

II.As metas relacionadas à valorização docente incluem a implementação de planos de carreira nos sistemas de ensino, compatíveis com a formação, experiência e dedicação dos profissionais.

III.A elevação da remuneração docente a patamares equivalentes à média de outras carreiras com nível de escolaridade superior a do magistério deve ser considerada estratégia de médio prazo (6 anos), dependente da execução orçamentária federal.

Assinale a alternativa correta.

- (A) I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas a proposição I está correta.
- (C) Apenas II e III estão corretas.
- (D) Apenas I e II estão corretas.
- (E) Apenas I e III estão corretas.

Questão 58

Durante a elaboração do Plano Municipal de Educação, um município decide não alinhar suas metas às diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), alegando autonomia federativa e limitações orçamentárias locais. Tal decisão é tecnicamente legítima?

- (A) Não, exceto se houver justificativa técnica embasada por parecer do Conselho Nacional de Educação que respalde tal autonomia.
- (B) Não, pois a Lei nº 13.005/2014 obriga os entes federativos a elaborar ou adequar seus planos locais em consonância com o PNE, respeitando diretrizes, metas e estratégias, sob pena de descumprimento da legislação.
- (C) Sim, desde que aprovelem tal decisão em conferência municipal de educação com ampla participação da comunidade local.
- (D) Não, mas somente nos casos em que a inadequação às metas comprometer o cumprimento de normas previstas na LDB.
- (E) Sim, pois os municípios possuem plena autonomia administrativa, podendo desconsiderar orientações nacionais que conflitem com sua realidade orçamentária.

Questão 59

Julgue os itens abaixo com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

() O adolescente tem direito à ampla defesa e ao contraditório nos procedimentos em que se apure a prática de ato infracional, com assistência jurídica obrigatória.

() A autoridade judiciária pode aplicar medidas socioeducativas sem a oitiva do adolescente, desde que fundamente a decisão em relatório técnico da equipe interdisciplinar.

() O Conselho Tutelar possui competência para aplicar medidas socioeducativas de internação provisória em casos de urgência ou risco grave à ordem pública.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – V.

Questão 60

A partir da leitura crítica da Lei nº 13.005/2014, especialmente no que se refere à Meta 20 do Plano Nacional de Educação, é correto afirmar que:

- (A) O investimento público em educação pública deve alcançar, no mínimo, o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até o final da vigência do PNE, em consonância com diretrizes constitucionais e considerando recursos diversos, inclusive incentivos fiscais e bolsas.
- (B) A Meta 20 do Plano estabelece o aumento do investimento público em educação, sendo que o percentual de investimento público estabelecido na Meta 20 tem como referência os valores médios da União nos três anos anteriores à vigência do plano, desconsiderando ampliações extraordinárias.
- (C) A previsão de 10% do PIB para educação representa investimento exclusivo em ações diretamente executadas por escolas públicas, sem inclusão de programas de fomento indireto, como o Prouni e o FIES, pelo menos nos 3 primeiros anos de vigência.
- (D) A ampliação do investimento público prevista na Meta 20 está condicionada à arrecadação bruta da União, não podendo incluir recursos de natureza compensatória oriundos de royalties de petróleo. A legislação estabelece estratégias para garantir fontes de financiamento sustentáveis, incluindo compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural.
- (E) A meta de 10% do PIB foi definida como um princípio imutável, impedindo qualquer alteração legislativa. Mesmo diante de futuras mudanças na Constituição, sua revisão não seria possível. Esse caráter permanente garante estabilidade ao investimento na educação.

Conhecimentos na Área de Atuação

Questão 61

Diante dos desafios da escola atual, uma equipe pedagógica refletiu sobre a importância de teorias de aprendizagem que considerem a complexidade da formação humana. Assinale a alternativa que apresenta uma compreensão crítica e fundamentada sobre o papel dessas teorias no processo educativo.

- (A) O processo de ensino-aprendizagem deve ser pautado por técnicas neutras e universais, garantindo isonomia entre os estudantes, independentemente de suas trajetórias sociais e culturais.
- (B) As teorias de aprendizagem, por se originarem em campos científicos distintos, devem ser aplicadas isoladamente no processo educativo, de modo a preservar sua coerência interna e evitar conflitos epistemológicos.
- (C) A escolha teórica que fundamenta a prática docente implica uma concepção de sujeito, conhecimento e sociedade, sendo essencial para orientar o planejamento, a mediação e a intencionalidade pedagógica no processo ensino-aprendizagem.
- (D) A prática educativa eficaz independe da concepção teórica adotada, desde que esteja centrada na repetição e no treino como estratégias para fixação do conhecimento em longo prazo.
- (E) A aprendizagem, segundo as abordagens psicológicas modernas, é um processo essencialmente individual e inato, no qual a influência do meio e da cultura assume papel meramente secundário.

Questão 62

Apesar de garantido pela Constituição, o direito à educação no Brasil ainda enfrenta desafios que afetam o acesso, a permanência e a qualidade da aprendizagem. Assinale a alternativa que traz uma interpretação crítica e alinhada aos princípios de justiça educacional e às políticas públicas atuais.

- (A) A qualidade dos resultados escolares deve ser medida prioritariamente pela eficiência da gestão e pela eficácia dos docentes, sendo elementos contextuais e culturais fatores periféricos no diagnóstico educacional.
- (B) A garantia do acesso à escola, uma vez universalizada, assegura automaticamente o sucesso escolar dos estudantes, desde que acompanhada por padrões nacionais de avaliação do rendimento acadêmico.
- (C) A concretização do direito à educação pressupõe uma compreensão ampliada do conceito de qualidade, que articule condições estruturais, reconhecimento das desigualdades sociais e efetiva participação dos sujeitos no processo pedagógico.

- (D) A responsabilização das famílias pelo desempenho escolar dos filhos é uma estratégia legítima para garantir a permanência e a assiduidade, mesmo quando desvinculada de ações estatais de apoio e proteção social.
- (E) A permanência no espaço escolar deve ser compreendida como dado técnico de controle estatístico, sem que seja necessário problematizar os fatores simbólicos que permeiam a relação entre estudantes, currículo e ambiente escolar.

Questão 63

Diante das mudanças sociais e das políticas públicas inclusivas, é necessário compreender as várias dimensões da educação (filosófica, sociocultural e pedagógica) para vê-la como instrumento de cidadania e combate às desigualdades. Com base nessa abordagem crítica, assinale a alternativa que relaciona, de forma coerente e fundamentada, educação, pobreza e cidadania.

- (A) A dimensão filosófica da educação restringe-se à análise epistemológica dos saberes escolares, não mantendo relação direta com a realidade social dos alunos.
- (B) A educação, enquanto prática social intencional, deve articular os conteúdos escolares ao contexto sociocultural do educando, reconhecendo a diversidade como condição de acesso ao exercício pleno da cidadania.
- (C) A cidadania se realiza plenamente quando a educação atua como meio de reprodução das normas sociais hegemônicas, garantindo a inserção passiva do indivíduo na sociedade.
- (D) A educação, ao se desvincular das demandas sociais, assegura maior objetividade científica aos processos formativos, evitando o comprometimento com pautas sociopolíticas.
- (E) O enfrentamento da pobreza por meio da educação requer a adoção de práticas pedagógicas neutras, centradas exclusivamente na transmissão dos conteúdos curriculares.

Questão 64

Durante o processo de reformulação do seu Projeto Político-Pedagógico, uma escola passou a identificar suas fragilidades e pontos fortes a partir das experiências vividas no ambiente escolar, substituindo avaliações meramente descritivas por estratégias metodológicas colaborativas. Assinale a alternativa que expressa uma análise crítica e consistente sobre essa forma de mapeamento e interpretação das situações-problema do dia a dia escolar.

- (A) A prática pedagógica deve basear-se em planejamentos previamente definidos, uma vez que o mapeamento contínuo de variáveis do cotidiano tende a comprometer a objetividade e a linearidade das ações educativas.

- (B) A identificação das potencialidades escolares deve priorizar aquelas que estejam alinhadas às metas formais da instituição, evitando o risco de considerar como positivas manifestações que escapem aos indicadores oficiais de sucesso.
- (C) A análise institucional voltada para a gestão de problemas escolares deve privilegiar critérios de eficiência, produtividade e desempenho, considerando os padrões comparativos como norteadores centrais das intervenções.
- (D) A identificação crítica de dificuldades e potencialidades demanda o reconhecimento da historicidade e da complexidade das práticas escolares, exigindo mediações que transcendam a lógica técnica e integrem aspectos éticos, políticos e afetivos.
- (E) A escuta de estudantes e funcionários pode ser considerada uma etapa acessória no diagnóstico escolar, uma vez que suas percepções, embora legítimas, carecem de domínio técnico sobre os processos pedagógicos.

Questão 65

Nas discussões atuais sobre o papel da escola, o currículo é visto como um campo de disputas simbólicas, éticas e políticas, e a aprendizagem, como um processo relacional e culturalmente mediado. Assinale a alternativa que analisa correta e criticamente as implicações do currículo na construção das aprendizagens.

- (A) A função pedagógica do currículo deve subordinar-se às exigências avaliativas nacionais e internacionais, assegurando sua legitimidade e coerência frente às metas de desempenho estipuladas por órgãos reguladores e financeiros.
- (B) A construção das aprendizagens escolares, sob uma perspectiva crítica, requer que o currículo transcenda a mera organização de conteúdos, assumindo-se como projeto sociopolítico que reconhece os saberes historicamente marginalizados e promove sua articulação com o conhecimento científico escolarizado.
- (C) A neutralidade epistemológica do currículo garante a isonomia pedagógica entre os estudantes, evitando que referências culturais diversas comprometam a homogeneidade da aprendizagem e gerem assimetrias avaliativas.
- (D) A aprendizagem crítica só se concretiza quando o currículo exclui abordagens identitárias e subjetivas, preservando o caráter objetivo da escola como espaço de instrução e transmissão vertical do conhecimento.
- (E) A ênfase nas competências cognitivas universais no currículo possibilita uma abordagem tecnicamente mais precisa da aprendizagem, evitando interferências ideológicas e favorecendo a padronização metodológica entre os sistemas escolares.

Questão 66

Na organização curricular atual, valoriza-se a articulação entre saberes por meio da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e globalização do conhecimento. Isso exige do educador uma postura reflexiva frente à complexidade do currículo. Em relação a essa abordagem é CORRETO afirmar que:

- (A) A organização por áreas de conhecimento, ao reconfigurar o currículo, tende a diluir a identidade das disciplinas, promovendo uma abordagem excessivamente integradora que compromete a sistematização dos conteúdos escolares.
- (B) A globalização do conhecimento implica uma revisão das práticas escolares locais, exigindo a substituição de eixos curriculares tradicionais por diretrizes globais de aprendizagem, pautadas em padrões de desempenho amplamente difundidos.
- (C) A articulação curricular por áreas, embora viabilize o diálogo entre saberes, depende de estruturas escolares rígidas e hierarquizadas, sob risco de promover fragmentações conceituais ainda mais complexas que aquelas oriundas da disciplinarização clássica.
- (D) A perspectiva interdisciplinar, ao reconhecer a interdependência entre os campos do saber, propõe uma articulação que ultrapassa a junção temática, promovendo reconstruções conceituais capazes de integrar os conteúdos escolares a contextos sociais complexos.
- (E) A transdisciplinaridade, ao operar além das fronteiras disciplinares, privilegia saberes oriundos do senso comum, o que, embora amplie a inclusão cultural, fragiliza a consistência epistemológica das práticas pedagógicas.

Questão 67

Durante uma formação pedagógica, educadores analisaram criticamente as bases teóricas das práticas escolares no Brasil, discutindo as tendências pedagógicas conforme Libâneo, classificadas em liberais e progressistas. Com base nessa perspectiva, assinale a alternativa que analisa corretamente o desenvolvimento histórico dessas concepções no país.

- (A) A pedagogia tecnicista, representativa de uma perspectiva progressista, busca desenvolver a autonomia do aluno por meio da autoaprendizagem e da valorização da experiência vivida.
- (B) A pedagogia crítico-social dos conteúdos, embora alinhada a uma perspectiva progressista, propõe uma superação das pedagogias tradicional e renovada, ao articular a transmissão de conteúdos escolares com a inserção do aluno em práticas sociais concretas.
- (C) A pedagogia liberal renovada progressivista concebe a escola como instrumento de superação das desigualdades sociais por meio da crítica ativa aos conteúdos escolares formais.

- (D) A tendência liberal tradicional rompe com a concepção de ensino baseado na repetição e memorização, ao favorecer métodos centrados no aluno e na resolução de problemas sociais contemporâneos.
- (E) A pedagogia libertadora, apesar de seu engajamento político e social, mantém forte valorização da autoridade do professor e da estrutura formal da escola como agentes principais do processo educativo.

Questão 68

Com base nos fundamentos teóricos e nas implicações práticas do planejamento educacional, julgue as afirmações a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

(__) A atividade de planejar, no âmbito educacional, deve ser compreendida como um fim em si mesma, pois sua principal função reside na normatização e no controle dos processos pedagógicos.

(__) O planejamento é um processo dinâmico e contínuo que deve considerar as experiências pretéritas, a realidade atual e as possibilidades futuras, articulando intencionalidades e práticas de forma coerente com o projeto político pedagógico da instituição.

(__) Embora o planejamento escolar envolva escolhas metodológicas e estratégias de ensino, ele prescinde da consideração das condições contextuais, uma vez que visa à padronização das ações pedagógicas em diferentes realidades.

(__) A construção de planos e projetos pedagógicos efetivos demanda a participação coletiva, o diálogo entre os sujeitos envolvidos e o reconhecimento de que planejar é também um ato político, vinculado a concepções de sociedade e de educação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) F, V, F, V.
- (E) V, F, V, F.

Questão 69

Diante da diversidade cultural presente na sociedade, a escola deve adotar práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as diferenças e promovam a equidade. Com base nessa perspectiva, assinale a alternativa que apresenta uma análise crítica e coerente com o pluralismo cultural na educação.

- (A) A inclusão da diversidade cultural na escola pressupõe a uniformização dos comportamentos e valores dos estudantes, como estratégia para garantir a coesão social e evitar conflitos identitários.

- (B) A educação multicultural crítica, ao valorizar práticas culturais subalternizadas, pode enfraquecer a autoridade pedagógica e o rigor conceitual exigido pelo ensino sistemático de conteúdos.
- (C) A valorização da diversidade cultural no espaço escolar exige que o currículo reconheça as múltiplas matrizes identitárias dos educandos, superando a lógica assimilacionista e promovendo o diálogo entre diferentes visões de mundo.
- (D) O pluralismo cultural, ao ser incorporado na prática pedagógica, exige a neutralização das crenças individuais do educador, a fim de garantir imparcialidade absoluta nas mediações escolares.
- (E) A abordagem da diversidade cultural no currículo deve restringir-se a conteúdos específicos e datas comemorativas, para não comprometer a linearidade e a progressão dos conteúdos escolares formais.

Questão 70

A organização do trabalho pedagógico vai além de rotinas e planos; envolve dimensões formativas, políticas e éticas, exigindo mediação, escuta e corresponsabilidade. Nesse contexto, pode-se afirmar que:

- (A) A organização do trabalho pedagógico deve refletir um projeto educativo coletivo e intencional, articulando a ação didática à leitura crítica do contexto social e à construção de sentidos compartilhados entre os sujeitos escolares.
- (B) A eficácia do trabalho pedagógico depende da delimitação hierárquica clara entre planejamento docente, instâncias gestoras e práticas avaliativas, assegurando previsibilidade na condução dos processos educacionais.
- (C) A prática pedagógica ganha consistência quando dissociada das disputas políticas e culturais do ambiente escolar, preservando o foco exclusivo no conteúdo disciplinar e na objetividade da transmissão de saberes.
- (D) A autonomia do professor se consolida na medida em que ele assume de forma individual e técnica o planejamento de sua prática, evitando interferências externas que possam comprometer sua autoridade metodológica.
- (E) A integração entre os membros da equipe escolar deve privilegiar a resolução de problemas operacionais e burocráticos, mantendo a neutralidade pedagógica como princípio de convivência institucional.

PROVA DISCURSIVA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a prova discursiva consistirá na elaboração de um texto dissertativo – argumentativo com, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e no máximo, 30 (trinta) linhas, ambos sem contar o título, com base em tema formulado pela Banca Examinadora.

A Folha de Respostas Definitivas deverá conter os dados identificadores do candidato exclusivamente no campo específico previamente designado. É estritamente proibido que o candidato insira tais dados nas linhas destinadas à transcrição da prova discursiva e suas extremidades. Caso isso ocorra, será atribuída nota ZERO à prova discursiva.

Será atribuída nota ZERO à prova discursiva que:

1. Não observar as orientações presentes no caderno de questões;
2. Com quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
3. Contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato, fora do campo previamente designado;
4. Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
5. Estiver em branco;
6. Fugir, integralmente, à tipologia textual de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
7. For escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
8. Apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
9. Apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

Observe, ainda:

- ✓ O rascunho da prova discursiva deverá ser feito no espaço apropriado. Seu preenchimento é facultativo, sendo assim, NÃO será avaliado;
- ✓ O candidato NÃO poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta;
- ✓ A prova discursiva deverá ser redigida de forma clara e sem rasuras pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta de material transparente;
- ✓ A prova discursiva NÃO deverá apresentar cópia de questões da prova ou dos textos motivadores;
- ✓ Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala a folha de respostas;
- ✓ Na Folha de Respostas Definitivas da prova discursiva, os campos destinados aos dados identificadores do candidato são de uso exclusivo para o controle interno do IDCAP, sendo estes suprimidos para o processo de correção.
- ✓ A correção da prova será de forma desidentificada.

PROPOSTA:

Para produzir seu texto dissertativo - argumentativo, leia atentamente os textos motivadores apresentados a seguir:

TEXTO I**Como entender as relações entre educação e cultura?**

As relações existentes entre educação e cultura vêm provocando a necessidade de reflexões a respeito do multiculturalismo em nível global. Apesar de o Brasil apresentar uma configuração própria e característica do seu povo, como uma população miscigênica, tal hibridação de culturas, conhecimentos, etnias e costumes enraizados no povo brasileiro deve-se aos muitos povos que migraram para cá, que, mesmo descaracterizados, demonstraram sua resistência, firmando suas identidades. No entanto, percebe-se que o multiculturalismo tem passado despercebido frente às sociedades, as suas marcas vêm deixando um respaldo bastante positivo na história brasileira, que deve admitir o reconhecimento da grandeza dessa fusão de conhecimentos adquirida ao longo dos séculos, visto que não se pode negar que em cada indivíduo haja um pouco de conhecimento provindo dos povos que constituíram este país.

Percebe-se, entretanto, que numa sociedade multicultural como a nossa a igualdade de oportunidades deixa de existir integralmente para todos, ficando excluídos ou à sua margem grupos minoritários, como negros, índios e pessoas de determinadas áreas ou regiões, havendo, assim, a necessidade de uma política que favoreça a integralidade de todos, dando ênfase ao reconhecimento das diferenças.

Sabe-se a escola é o mais apropriado sistema aberto da estrutura social, pois fazem parte dela crianças, jovens e adultos pertencentes aos diversos grupos e classes sociais de distintos aspectos físicos, costumes e práticas sociais. Essa instituição está incumbida de disseminar meios que propiciem a diminuição do preconceito ou da discriminação cultural, já que a discriminação e o preconceito excluem as pessoas da sociedade, privando-as dos direitos que lhes são devidos, despersonalizando o cidadão.

O processo educacional é a principal via de acesso ao resgate da igualdade social, efetivação da cidadania e do reparo das imagens distorcidas, pois a escola é o instrumento que pode possibilitar a atenuação e a prevenção da exclusão; a educação e o multiculturalismo são dois fenômenos indissociáveis para a equidade social. De acordo com Moreira (2001), “a educação multicultural deve estar inserida no currículo pedagógico em todas as instituições de ensino, inclusive nas universidades”.

Retirado e adaptado de: GOMES, Manoel Messias. A diversidade de culturas no Brasil: como valorizá-las na prática educativa da sala de aula? **Educação Pública**. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/a-diversidade-de-culturas-no-brasil-como-valoriza-las-na-pratica-educativa-da-sala-de-aula> Acesso em: 03 jun., 2025.

TEXTO II

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (Boaventura de Sousa Santos).

TEXTO III

“A observação do Outro: a diferença é o que nos une e separa. Quando o eu descobre o outro, começa a guerrilha sem fim. O nó que se faz-desfaz. A escolha: o gelo da solidão ou a horrível queimadura da vida” (Ana Hatherly).

TEXTO IV



Fonte: Moises Cartuns. Disponível em: <https://www.moisescartuns.com.br/2022/04/diversidade-da-populacao-brasileira.html> Acesso em: 03 jun., 2025.

Descrição da imagem: Um cartum em que aparecem pessoas de distintas aparências (como indígena, gaúcho, sertanejo, carioca) em que, sob o título “Feira no Brasil”, nomeiam o mesmo produto com nomes diferentes, como: bergamota, tangerina e pocan; Abóbora e jerimum. Fim da descrição

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita, empregando a norma culta da língua portuguesa, com extensão entre 20 e 30 linhas, sobre o tema “**Encontro de plurais: a educação com espaço de diversidade, respeito e interação**”. Elabore seu texto pautando-o em argumentos, redija-o de forma coesa e coerente com o tipo textual solicitado.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	